
Relatos de Experiência

O USO DO DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO (DRP) COMO METODOLOGIA DE PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Alan Ferreira de Freitas¹

Alair Ferreira de Freitas²

Marcelo Miná Dias³

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo refletir sobre a utilização do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) como metodologia utilizada em projetos de extensão universitária. Para alcançar o objetivo proposto, utilizamos como base empírica de análise o trabalho desenvolvido pela equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV) junto à Associação dos Pequenos Agricultores de Taquarassú, no município de Paula Cândido-MG. Nessa experiência, ocorrida em 2008, o DRP foi considerado importante para se levantar as demandas, os problemas e as informações de natureza qualitativa como base para elaborar estratégias de ação, além de garantir aos agricultores a problematização de sua própria realidade. As técnicas do DRP forneceram várias informações sobre a realidade da produção, a relação da Associação com o poder público local, a organização atual do trabalho e da produção e o cotidiano e a rotina de trabalho dos associados. Todas estas informações foram utilizadas para a construção de um planejamento participativo em conjunto com os agricultores. As conclusões apontam para a importância da dimensão participativa adotada na metodologia e sua capacidade de envolver todos os atores de um processo na construção das alternativas cabíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Diagnóstico Participativo. Metodologias participativas. Extensão universitária.

The use of Participatory Rapid Diagnosis (DRP) as a methodology of university extension projects

ABSTRACT: This study aims to reflect on the use of Participatory Rapid Diagnosis (DRP) methodology used in university extension projects. To achieve the goal proposed we use empirical analysis based on the work developed by the team of technological incubators of popular cooperatives of Federal University of Viçosa (UFV/ITCP/) with the Association of Family Farming of Taquarassú in the municipality of Paula Cândido-MG. This experience

¹ Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa, professor no Departamento de Administração e Contabilidade da Universidade Federal de Viçosa (freitasalan@yahoo.com.br).

² Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (alairufv@yahoo.com.br).

³ Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, professor adjunto do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (minad@ufv.br).

occurred in 2008, the DRP was considered important to raise demands, problems, and qualitative information as basis for developing action strategies and ensure farmers (as) the problematization of your own reality. The techniques of DRP provided several information about the reality of production, the Association's relationship with the local public power, the current organization of work and production, daily life and routine work of associates. All these information were used to build a participatory planning in conjunction with the farmers. The findings point to the importance of participatory dimension adopted in methodology and its capacity to involve all actors in a process in construction of reasonable alternatives.

KEYWORDS: Participatory Diagnosis. Participatory methodologies. University extension.

INTRODUÇÃO

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP/UFV) está localizada na Zona da Mata Mineira, segunda região mais pobre do Estado de Minas Gerais. Apesar da presença da UFV, a região apresenta alto índice de analfabetismo e as maiores porcentagens de população acima de 15 e 25 anos analfabeta. Estes dados indicam, portanto, sérios problemas internos de desigualdade de renda e de acesso a bens públicos, como a educação.

A ITCP/UFV desenvolve seus trabalhos com grupos populares, organizados de forma coletiva, que possuem a economia solidária como princípio e que pretendem se constituir em cooperativas ou associações. No ano de 2008, um destes grupos, composto por agricultores e agricultoras familiares, estava organizado na Associação dos Pequenos Agricultores de Taquarassú (ASPART) no município de Paula Candido⁴, na Zona da Mata de Minas Gerais. O trabalho com a ASPART partiu de uma demanda da própria associação, no sentido de auxiliá-los na elaboração e na execução de um projeto de implantação de uma agroindústria de produção de açúcar mascavo e derivados.

A equipe da ITCP/UFV, formada por um estudante de Economia, um de Gestão de Cooperativas, um de Agronomia e uma estudante de Economia Doméstica, acreditou na premissa de que a organização econômica associativa dos agricultores pode ser instrumento capaz de induzir a solução de problemas políticos, sociais e econômicos presentes em diferentes realidades sociais, desde adequadamente orientada e gerida democraticamente, levando em consideração seus princípios éticos de igualdade e respeito mútuo.

Em suma, a ideia da equipe multidisciplinar era promover os princípios do cooperativismo e do associativismo na comunidade de Taquarassú, a fim de que esse grupo construísse suas próprias formas de trabalho, baseadas na autogestão de seu empreendimento, promovendo o desenvolvimento sustentável local e os princípios da economia popular solidária. Nesse sentido, “a ITCP/UFV cumpre um papel fundamental para o desenvolvimento da região como prática de extensão universitária” (PEREIRA et al, 2003).

⁴ A cidade de Paula Candido situa-se na Zona da Mata Mineira. Tem uma população de 9.037 pessoas, sendo 5.151 residentes na zona rural. É caracterizada como uma cidade basicamente rural com economia de Baixa Renda Estagnada, classificação adotada pelo BNDES para caracterizar economias locais com carências sociais e econômicas.

O primeiro passo dado para a realização do trabalho pela equipe foi analisar a demanda colocada pela associação, pensar a realidade e construir as ações que poderiam ser executadas. Obviamente, havia clareza sobre a limitação de recursos e de tempo para a execução do projeto (dificuldade da grande maioria dos projetos de extensão em várias universidades). A grande questão era saber quais resultados se queria alcançar frente às limitações e às possibilidades.

A metodologia inicial de trabalho foi composta pelas diversas técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP). Utilizou-se essa metodologia de trabalho pelas possibilidades de diálogo e interação que o diagnóstico permite. O DRP foi muito utilizado em processos de intervenção social nos trabalhos de extensão rural, principalmente pelo seu caráter participativo e por permitir que os agricultores se tornem agentes ativos do processo e não apenas meros expectadores da mudança.

É com esta experiência de aplicação das técnicas do DRP que construímos nossas análises e resultados. Apresentaremos aqui os resultados alcançados pela equipe da ITCP/UFV nos trabalhos realizados na Associação dos Pequenos Agricultores de Taquarassú, dando ênfase ao DRP como metodologia participativa usada junto à incubação deste grupo. Assim, nosso foco será discutir em que consiste o diagnóstico e quais são seus pressupostos. Mas, muito mais que isso, iremos mostrar os resultados da realização do DRP na comunidade de Taquarassú.

Adiantamos que, neste trabalho de extensão, o DRP objetivou, especificamente: construir um diagnóstico sobre a trajetória histórica e a situação atual do grupo; identificar os problemas, suas causas e possíveis soluções, a partir da interação entre as pessoas; identificar limites e potencialidades (infraestrutura social; produção; mercado; meio ambiente; organização; assistência técnica) da comunidade; estabelecer as prioridades, avaliando as ações que poderiam ser realizadas e aquelas que caberiam às instituições; elaborar um planejamento inicial das ações a serem empreendidas para enfrentar os principais problemas diagnosticados.

METODOLOGIA

A metodologia de trabalho da ITCP/UFV envolve três fases, sendo que na primeira, por meio de metodologias participativas, dinâmicas de grupo e entrevistas semiestruturadas, busca-se levantar quais são as condições socioeconômicas e culturais das pessoas envolvidas e quais são os motivos que levaram os indivíduos à participação no trabalho coletivo. São realizadas discussões com vistas a confirmar se a organização coletiva do trabalho é a saída mais apropriada para atender as necessidades de todos. Ainda na primeira fase do trabalho, junto aos grupos incubados⁵, promovem-se discussões de temas relacionados à cidadania e às possibilidades de inclusão social, bem como são ministrados cursos básicos sobre economia solidária, cooperativismo e associativismo. Por fim, realiza-se um diagnóstico participativo, objetivando identificar as potencialidades e limitações dos grupos.

Na segunda fase, o grupo incubado capacita-se na busca de mercados potenciais para seus produtos e/ou atividades, aperfeiçoando suas práticas por meio de cursos de capacitação oferecidos ou assessorados pela ITCP/UFV. Essa fase caracteriza-se por um acompanhamento mais próximo por

⁵ São assim denominados os grupos assessorados pela ITCP/UFV. O acompanhamento contínuo dos grupos é, então, denominado incubação.
Em Extensão, Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 69-81, jul. / dez. 2012.

parte da incubadora em relação ao grupo, de modo que suas atividades e sua organização possam se tornar sólidas o bastante para se concretizarem como instrumento de geração de renda e inclusão social.

Na última fase, inicia-se o processo de desincubação do grupo e a sua certificação, ou seja, nesse momento o coletivo começa a se emancipar da necessidade contínua de assessoria e é certificado como cooperativa ou associação autêntica, cumprindo as etapas burocráticas com a sua formalização e legalização.

No caso da Associação dos Pequenos Agricultores de Taquarassú, na primeira fase de incubação foi realizado um DRP com a finalidade de possibilitar aos agricultores a problematização de sua própria realidade e, por meio dos levantamentos e caracterização dos aspectos socioeconômicos identificar suas potencialidades e limitações, além de discutir a viabilidade da incubação do grupo. Para refletir sobre o DRP, é necessário argumentarmos sobre seus princípios e suas peculiaridades.

Participação e empoderamento como princípios do DRP

Em qualquer trabalho com grupos, organizados ou não, surge como característica intrínseca ao processo de intervenção a participação de todos os envolvidos. De acordo com Paulo Freire (1977), trabalhar métodos e técnicas com perspectiva participativa e crítica, nada mais é do que uma ação educadora. É necessário criar e estimular relações dialógicas e problematizadoras, ou seja, estimular a reflexão das pessoas sobre sua realidade, a conscientização sobre as causas radicais de seus problemas e capacitá-las à ação transformadora. Numa proposta investigativa, há o esforço de propor aos indivíduos sua situação como problema, levando-os a uma reflexão crítica da realidade. Ainda, de acordo com Freire (1988), quanto mais os homens assumem uma postura ativa na investigação de sua temática, mais aprofundam a sua tomada de consciência em torno da realidade, explicitando sua temática significativa e apropriando-se dela.

A interação entre os envolvidos pode configurar um processo de aprendizagem, tanto sobre a realidade regional quanto sobre a interação entre as pessoas. Neste caso, o diagnóstico é considerado participativo, porque possibilita ao grupo tomar parte, expressar visões, falar e refletir sobre sua própria realidade, experiências, conhecimentos, expectativas, desejos e necessidades mais imediatas. Essa participação ajuda a construir um plano de ações mais próximo da realidade vivenciada e das necessidades prioritárias, além de propiciar a interação e o intercâmbio de saberes.

Os processos participativos de diagnóstico dos problemas, causas e consequências são o primeiro passo para a construção de relações de respeito, confiança e cooperação entre agricultores e facilitadores externos. Faz parte, portanto, o aprendizado institucional de intervenção e a capacitação dos técnicos em suas relações com o público envolvido com o processo. Por isso, o DRP é um processo que ajuda a construção coletiva de conhecimentos e habilidades. Torna-se ambiente de aprendizado, pois possibilita considerar visões, ideias, leituras e análises de todos os interessados sobre os processos de promoção de mudança na organização. Funciona, portanto, como meio de comunicação entre pessoas que estão unidas por objetivos comuns. Esta comunicação coletiva é uma ferramenta fundamental para mobilizar o grupo e identificar possíveis soluções para os problemas.

Na perspectiva da participação, surge outro elemento importante para o desenvolvimento do grupo e de uma organização cunhada pela solidariedade: o empoderamento (ROMANO, 2002). Este conceito vem ganhando destaque recentemente em pesquisas acadêmicas, mais especificamente quando se trata de processos de promoção do desenvolvimento. O empoderamento diz respeito ao resgate de valores, dignidade e cidadania, relaciona-se, principalmente, ao grupo ou organização “tornar-se capaz”, capaz de transformar sua realidade no sentido de ser protagonista e não espectador.

Tratamos aqui o empoderamento enquanto um processo, mediatizado e desencadeado pela participação dos membros de uma organização no diagnóstico e na elaboração de ações transformadoras por meio de métodos participativos e de uma relação dialógica. Romano (2002) expõe que o empoderamento devolve poder e dignidade a quem desejar o estatuto de cidadania e, principalmente, a liberdade de decidir e controlar seu próprio destino com responsabilidade e respeito ao outro. Esta é uma abordagem da perspectiva crítica, que concebe o empoderamento como processo político-cultural de transformação social.

Fundamentos dos Diagnósticos Participativos

As metodologias participativas contribuem com as oportunidades de expressão, pois visam facilitar a capacidade de tomada de decisão do cidadão, que tem uma trajetória de socialização política muito precária e não está acostumado a participar ativamente de processos coletivos de tomada de decisões. As metodologias participativas são mecanismos na busca de alternativas de intervenção que pretendem estimular a participação das pessoas na mudança de sua realidade. Para isso, utiliza técnicas que objetivam promover uma participação ativa, de forma crítica e consciente.

Estamos muito limitados a pensar em metodologias como uma aplicação de métodos e técnicas. Contudo, Pinto (1985) nos mostra algo além desta perspectiva. Há necessidade de se ter um plano com a sequência de procedimentos, que inclui técnicas e instrumentos, possuir uma relação com os sujeitos envolvidos e, por fim, gerar conhecimentos para que, assim, se possa identificar as melhores técnicas para uma determinada situação.

As técnicas do DRP, assim como os outros métodos utilizados nas metodologias participativas procuram problematizar a realidade local, remetendo os problemas identificados a realidades causais mais amplas, respeitando, no entanto, os valores da cultura local.

O diagnóstico é um método para obtenção e construção coletiva de informações sobre uma determinada realidade. Ele é chamado de participativo, porque o processo de obtenção destas informações é feito de modo a envolver pessoas que vivem a situação diagnosticada, para que construam, juntamente com os mediadores que coordenam a aplicação do DRP, o conjunto de dados e informações que irão compor a análise. A interação entre estes atores pode configurar um processo de aprendizagem, tanto sobre a realidade regional quanto sobre a interação entre as pessoas do lugar com aqueles que vêm de fora, de outros contextos e lugares sociais, com a proposta bem intencionada de ajudar a comunidade. O DRP se diz participativo, porque possibilita ao grupo falar e refletir sobre sua própria realidade, suas experiências, conhecimentos,

expectativas, desejos e necessidades mais imediatas.

O DRP possibilita a expressão dos mediadores, principalmente por meio das técnicas e dinâmicas utilizadas para construção coletiva de informações. Ao apresentarem as técnicas, mediatizam os debates e “animam” as discussões, os mediadores estão expressando determinadas concepções, visões ou intenções relacionadas aos processos que desejam fomentar naquele grupo ou comunidade.

Duas outras questões sobre o DRP precisam ser sublinhadas. O diagnóstico se autodenomina “rápido”, porque pretende, em pouco tempo, reunir e sistematizar informações sobre a realidade diagnosticada. A “rapidez” também está relacionada à escassez de recursos para o investimento em processos mais demorados e custosos de diagnóstico. Rapidez não implica, necessariamente, superficialidade de informações ou análises. Outra questão importante do DRP é que o conhecimento é dinâmico, em permanente mudança, por isso não deve haver a pretensão de construir diagnósticos finais ou definitivos. O DRP é um processo contínuo de construção de informações e análise, nunca pode ser dado como “acabado”, já que há, sempre, novas formas de rever o diagnóstico inicialmente construído, seja lançando sobre ele outro olhar ou perspectiva analítica, seja complementando-o com informações e dados fornecidos pela realidade diagnosticada ou pela literatura especializada.

Mapas, calendários e diagramas são as três ferramentas utilizadas no DRP para se chegar aos resultados esperados. Os mapas servem para o planejamento, a discussão e a análise da informação visualizada, e permitem a participação de todos os membros da comunidade ou grupo. A partir da criação de mapas, é possível levantar informações sobre as condições de vida, acesso a recursos (água, energia elétrica, estradas, terra etc.) e qualidade de moradia. O objetivo é criar uma percepção compartilhada sobre a situação atual da comunidade em relação aos seus potenciais e suas limitações, a partir de uma delimitação territorial expressa graficamente por um desenho (VERDEJO, 2006).

Na figura 1, é possível visualizar um dos mapas construídos no processo de trabalho na comunidade de Taquarassú. Nele, vemos a distribuição das plantações e demais culturas agrícolas, mas o mais importante é a discussão gerada a partir de sua elaboração.

Figura 1 – Mapa do DRP realizado em Taquarassú.



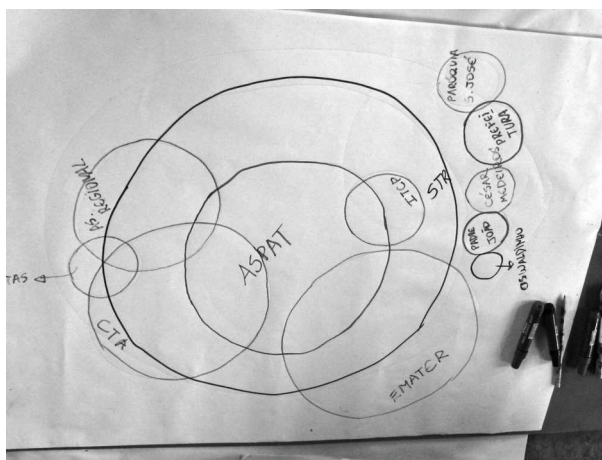
Fonte: Trabalho de campo com a comunidade de Taquarassú (2008).

Os calendários permitem analisar aspectos relacionados ao tempo: distribuição dos cultivos, uso da força de trabalho, mudanças históricas da paisagem e dos recursos naturais. Com essa ferramenta, é possível mostrar informações sobre as estações do ano e principais safras, tipo de criação, tempo adequado entre plantio e colheita de determinados cultivos, e atividades agrícolas realizadas de um modo geral. Permite, também, perceber os papéis e esforços de mulheres e homens na organização e execução das atividades (VERDEJO, 2006).

Os diagramas permitem acessar os aspectos complexos e inter-relacionados de um determinado problema. A intenção é identificar e analisar um problema, com a finalidade de estabelecer as causas primeiras (ou radicais). Estas causas pioneiras são o ponto de partida para a busca de soluções. A ferramenta também identifica e mapeia os grupos organizados da comunidade e as relações que estes mantêm entre si e com outras instituições locais (VERDEJO, 2006).

Na figura 2, é possível visualizar um dos diagramas construídos no trabalho com a comunidade de Taquarassú. A figura é o resultado gráfico do Diagrama de Venn, que consiste na discussão das relações institucionais que a ASPAT possui. É feito um círculo central representando a associação e outros círculos representando as instituições na qual a ASPAT possui relação. Quando maior e mais próximo da ASPAT, mais densa e importante é a relação. Assim como em todas as ferramentas, o mais importante é a discussão e não o desenho em si.

Figura 2: Resultado gráfico do Diagrama de Venn.



Fonte: Trabalho de campo com a comunidade de Taquarassú (2008).

Resultados alcançados com a realização do DRP

Serão apresentados, a seguir, os resultados da aplicação do DRP na comunidade de Taquarassú, técnica por técnica, além de uma breve explicação dos objetivos de cada uma delas.

Mapeamento histórico: consiste na elaboração do desenho do mapa da comunidade e dos limites geográficos das propriedades na percepção dos próprios moradores, visando instigar

o debate sobre a transformação do espaço, a estrutura da comunidade e o que os associados esperam para a organização futura. Por meio do mapa, os agricultores identificaram os limites das propriedades; as nascentes e suas importâncias para a irrigação das plantas; um latifúndio existente próximo à comunidade e utiliza excessivamente agrotóxicos em suas lavouras, mas que, nas épocas de colheita do café, acaba empregando alguns moradores. Além disso, fizeram um levantamento de toda a área da comunidade, abordando questões ambientais relevantes, como a preservação das matas que circundam as nascentes.

Entra e sai: esta técnica visa detalhar as atividades produtivas e econômicas praticadas pelos associados. É adaptada para coleta de informações de dados econômico-administrativos das pessoas envolvidas. Além disso, permite-lhes uma melhor visualização dos seus gastos e receitas em cada atividade desenvolvida. “De onde vem?”, “O que entra?”, “O que produz?”, “O que sai?”, “Para onde vai?” são as perguntas que devem ser respondidas. Foram levantadas, durante o desenvolvimento desta técnica, questões relevantes sobre a produção e a comercialização de produtos. Os agricultores elencaram todos os gastos incorridos (o que sai) no cultivo do milho e do feijão. Em relação aos aspectos climáticos, eles relataram que a plantação de milho é mais resistente, o que poderia acarretar maior produção, processo que não ocorre com o feijão, entretanto este tem maior valor agregado, gerando mais renda para os agricultores.

Diagrama de Venn: procurou-se estabelecer, de maneira comparativa, a importância e a influência de cada instituição, organização ou pessoa com que o grupo está envolvido. Durante a intervenção, o primeiro passo foi levantar todas as parcerias da Associação de Taquarassú. A relação em que se chegou e o que foi apontado sobre cada parceiro foram:

1. Relação de Parceiros: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM); Empresa Mineira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER; Associação Regional de Trabalhadores Rurais da Zona da Mata Mineira (ARTR-ZM); Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – UFV (ITCP – UFV); Igreja São José; Cáritas; Gabinete do Ex-Deputado César Medeiros; Padre João; Vadim Baião; Prefeitura; UFV.
2. Sobre os parceiros: A EMATER foi citada como parceira mais importante, pois auxilia nas questões técnicas. Porém, foi colocado que a empresa possui postura muito impositiva e reproduz pacotes tecnológicos que não estão ao alcance dos agricultores. Em relação ao CTA/ZM, pontuou-se que o enfoque que dão aos aspectos agroecológicos da produção agrícola converge com o interesse da comunidade, contudo questionou-se o maneiro pouco flexível de trabalho, muito preso a outras experiências que a instituição tem na região. O STR é o primeiro contato da comunidade com os parceiros. Caracteriza-se como importante instrumento de representação e reivindicação. As demais instituições, pelo que foi posto, não apresentam elos consolidados com a comunidade.

Na aplicação da técnica, primeiramente os círculos começaram a ser feitos no chão, porém não estava facilitando a visualização, devido às condições do terreno (íngreme e compactado). Decidiu-se, então, por utilizar folhas de cartolinas dispostas no chão para traçar a circunferências que compõe o Diagrama de Venn (assim como mostrado na Figura 2). Tanto o tamanho da

circunferência quanto a distância em que ela foi traçada em relação à comunidade caracterizam a relação de parceria. Assim, quanto mais longe e menor, menos importante e de menor influência é a parceria, sendo o contrário também verdadeiro.

Realidade/Desejo: por meio desta técnica, buscou-se diagnosticar, em grupos, a realidade em que estão inseridos, levantando as principais dificuldades, potencialidades etc. Posteriormente, há o momento em que são elencados os desejos e expectativas que do grupo.

Os pontos levantados na caracterização da realidade foram: dificuldade de comercialização; falta de conhecimento e de tecnologia gerando baixa produtividade; falta de beneficiamento e industrialização dos produtos; falta de capacitação para produção e para comercialização; esclarecimento sobre técnicas que não agredam o meio ambiente e a saúde dos agricultores; dificuldade de acesso a crédito; falta de apoio jurídico; baixo conhecimento em administração e gestão; vontade de instalação de agroindústria; falta de atividades de lazer para crianças, jovens, homens e mulheres; falta de creche para as crianças, o que prejudica as mães com o trabalho no campo; há problemas com a prostituição e drogas; falta de vagas nos hospitais; problemas com a divisão dos padrões de distribuição de energia. Os desejos envolveram: ocupação para a juventude com escolas e atividades culturais; apoio ao grupo de mulheres; capacitação para produção e gerenciamento; apoio jurídico; incentivo à cultura; creche solidária; maior cooperação entre os agricultores; maior cooperação dos maridos em relação às atividades das mulheres; aplicar o conhecimento dos cursos que são realizados para trazer benefícios para comunidade.

O levantamento de todos os pontos se deu por meio de indicação por parte de um participante e comentários dos demais. Foram montados dois cartazes com os pontos de comum acordo: um para os pontos de realidade e outro para os de desejo.

Eleição de Prioridades: com esta técnica, procurou-se organizar atividades determinadas pelo grupo em graus de prioridade. A partir da realidade levantada pela técnica realidade/desejo, foram listados pontos a serem trabalhados, somando um total de seis. Houve eleição, por meio de voto secreto, na qual cada participante elegeu suas escolhas prioritárias por meio da atribuição de pontos (de 1 a 10). Ao final, realizou-se a contagem dos pontos e determinou-se a ordem das prioridades: 1) Produção; 2) Prostituição e drogas; 3) Creche; 4) Lazer; 5) Falta de iniciativa; e, 6) Luz para todos.

Calendário agrícola: consiste na construção de um esquema, no qual é representada a demanda relativa à força de trabalho e aos períodos de maior incidência de trabalho ao longo de um ano agrícola. Permite avaliar os períodos de maior procura de força de trabalho e as atividades desenvolvidas. Pode, ainda, contribuir para que os agricultores possam organizar trocas em serviços, conforme a disponibilidade de cada um.

A técnica foi utilizada na comunidade de Taquarassú, a partir das produções individuais dos agricultores em seus lotes. Assim, foram disponibilizadas matrizes a cada um deles para que pudessem construir seus próprios cronogramas de atividades durante o ano. Ao todo, foram levantados dados sobre o clima, períodos de chuva, além das produções de milho, feijão, cana-de-açúcar e café. Com relação aos fatores climáticos, segundo os agricultores, em outubro inicia-se o período mais caloroso, porém, neste mês, a incidência de chuvas ainda é menor que nos meses

seguintes. Dessa forma, entre novembro e fevereiro concentram-se os períodos mais quentes e chuvosos, apresentando, o último mês, menor intensidade de calor e chuva. Já no mês de março começa a esfriar, no entanto, até o mês de maio ainda faz calor durante o dia, embora com baixa temperatura, geralmente, nos fins de tarde. Entre os meses de junho e julho, o frio se intensifica e o mês de agosto é marcado por ventos fortes. Setembro é o mês no qual o retorno do calor e fim do período seco dão sinais, iniciando assim o período chuvoso. As chuvas, em geral, começam em setembro, aumentando, gradativamente, a intensidade durante os meses seguintes. A partir de fevereiro, parece ser o momento no qual as chuvas vão se reduzindo, até que se cheguem os períodos mais secos, concentrados nos meses de junho, julho e agosto. Vale ainda ressaltar que um dos agricultores afirmou que “há 10 anos atrás chovia mais, era mais fresco e as chuvas eram controladas”.

Por meio desta técnica, também foram levantados dados das culturas mais produzidas nas comunidades, apresentadas a seguir:

- Milho: quanto aos plantios, em geral, há uma maior variação nos períodos de concentração e “folgas” no trabalho, de acordo com os interesses dos agricultores. Setembro, para muitos, é o marco inicial do “ciclo do milho”, com o plantio. Assim, a partir de setembro, começa a concentração das atividades com esta cultura, por meio do preparo do solo, plantio e capina. Em dezembro, alguns já trabalham na colheita de milho verde, enquanto outros esperam o período de maturação do milho que, em geral, se intensifica entre os meses de março a junho, dependendo do período de início de plantio de cada um. Segundo um agricultor, “a colheita em março só dá se o milho for precoce; é difícil ter colheita em março”. As mulheres, basicamente, trabalham no período de capina, de adubação do solo, plantio do milho e preparo de alimentos, por isso, a maioria trabalha durante os meses de setembro a dezembro. Geralmente, só os homens “quebram” o milho. Vale ressaltar que alguns agricultores mantêm os trabalhos com o milho durante todo o ano. Isso ocorre porque estes dependem do milho para o tratamento de suas criações de galinhas.
- Feijão: é possível identificar que a sazonalidade no manejo com o feijão torna-se ainda maior que a do milho, uma vez que o ciclo do feijão é mais curto, possibilitando dois plantios/colheitas ano. Em geral, os plantios se dão em outubro e março e os períodos de colheita se intensificam em janeiro e junho.
- Cana-de-açúcar: apesar de pretenderem beneficiar a cana, devido à sua rentabilidade e facilidade no plantio, a grande maioria dos produtores rurais da comunidade não faz uso do plantio do produto. De acordo com depoimento de um deles, “o único que vive da cana mesmo é o Pedro, o resto tem cana, mas só com subsistência. Antes faziam rapadura para vender, mas agora acabou a demanda”. Para Pedro, “a cana dá trabalho o ano inteiro. Na época que dá menos trabalho no milho e feijão é que a cana dá mais trabalho”. Segundo ele, a melhor época para plantio é dezembro.
- Café: o período de maior concentração no trabalho com o café é o momento da colheita, que se inicia em abril e vai até agosto. Nesta fase da colheita, as mulheres costumam trabalhar muito. Segundo uma agricultora “o café dá muito trabalho e ainda tem de chegar em casa e fazer o serviço [doméstico]”.

Planejamento participativo: após a elaboração de todas as técnicas, foi realizado um planejamento a partir da eleição de prioridades com a participação de todos os envolvidos no projeto. Estabeleceu-se, então, um curso de ação após o levantamento das demandas e dos recursos existentes. Antes do início da etapa de planejamento, foi realizado um resgate de todas as técnicas e respectivos encaminhamentos para que fossem lembradas questões mais relevantes e que incluíssem algumas alterações que achassem necessárias. Nesta etapa, foram utilizadas tarjetas, contendo os seguintes questionamentos: “as causas dos problemas”; “como resolvê-los”; “quando”; “quem resolver”; e, “com quem”, que serão citadas a seguir no Quadro 1:

Quadro 1 – Planejamento Participativo

CAUSAS	COMO RESOLVER?	QUANDO RESOLVER?	QUEM RESOLVER?	COM QUEM RESOLVER?
Falta de preparo adequado do solo; Falta de recurso	Mais recurso	Dia de campo depois de outubro	Advogado	ITCP
Falta de conhecimento diferenciado	Manejo adequado	Industrialização cana – projeto janeiro	Empresa Júnior de Agrimensura	RENAP
Falta de aceitação de tecnologias alternativas	Acompanhamento	-	Dia de campo	Empresa Júnior de Agrimensura
Falta de produção em escala	Uso de tecnologia de cobertura	-	Industrialização	UFV
Falta de organização	Dia de campo/ Curso prático	Fevereiro	-	EMATER
Falta de recurso	Capacitar a Associação	-	-	Rio Branco
Falta de documentação das terras	Motivar/mobilizar	-	-	-
	Trabalho de Agrimensor	-	Empresa Júnior de Agrimensura	-
	Advogado	-	-	-
Lazer –prostituição e drogas	Ter um local	A partir de segunda	ASPART	Cursos da Universidade
Não tem tempo	Comunicação	Ligado à organização		SENAR
Falta de incentivo	Gerar renda	-		EMATER
Dificuldade do funcionamento da creche no meio rural	Rodízio entre as mães, para cuidar das crianças e possibilitar que todas trabalhem na produção	Panha de café de maio a agosto	As famílias se organizarem por proximidade.	-

Fonte: Trabalho de campo com a comunidade de Taquarassú (2008).

Os maiores impedimentos e dificuldades encontradas pelos produtores foram apontados como sendo a produção e a comercialização, a necessidade da criação de uma creche e um local para lazer, além de destacarem a constante preocupação acerca da prostituição e das drogas que aumentam a cada dia na comunidade.

Um dos problemas mais destacados foi a industrialização e a comercialização dos produtos, pois para efetivar a comercialização é necessária organização, a fim de se obter uma produção em volume e, assim, se tornaria possível o empacotamento dos produtos, garantindo uma agregação de valor, gerando renda aos produtores. Outro aspecto importante é a legalização das terras, muitas vezes deixadas como herança. Algumas propriedades não têm a documentação de suas terras, impossibilitando o acesso ao crédito, agravando ainda mais as questões da produção e gerando conflitos familiares.

Nesse sentido, o problema da legalização vai além das questões jurídicas, sendo maior empecilho à medição das terras, que deve ser feito por um agrimensor, o que requer um alto investimento. A criação de uma creche e de uma área de lazer também foi elencada como uma das necessidades. A creche deve ser criada para que as mulheres tenham mais disponibilidade de trabalhar nas lavouras. As drogas e a prostituição, que são problemas para a comunidade, seriam minimizadas com a criação de um centro de lazer voltado para atividades esportivas e culturais com oficinas de artesanato. Os agricultores consideram que a família é a base na formação dos jovens, o que fica claro na fala de uma das moradoras da comunidade: “A família faz a diferença, a família é a peça mais importante, é preciso ter lazer para ocupar o tempo dos jovens”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O DRP é um processo de pesquisa e de coleta de dados que pretende incluir a perspectiva de todos os grupos de interesse integrados em uma comunidade, impulsionando uma mudança nos papéis tradicionais do pesquisador e do pesquisado, já que ambos participam da determinação de quais dados devem ser coletados e como coletar, além de funcionar como meio de comunicação entre aqueles que estão unidos por problemas comuns.

De acordo com Weid (1991), os agricultores têm cultura, conhecimentos, habilidades, limitações, vontades, experiências, gostos e tendências, além de condições materiais bastante diversificadas. Cada vez que se ignora esta realidade, em função de alguma proposta reducionista, esbarra-se em impasses e fracassos. Diante desta ideia, o uso de metodologias participativas torna-se altamente viável na incubação de grupos populares, levando-se em conta a realidade do grupo e aproximando o saber científico das realidades cotidianas dos trabalhadores.

Os resultados apresentados neste trabalho representam os problemas, os desejos e as possíveis soluções apontadas pelos associados para uma melhor organização do trabalho na associação. Durante o convívio com os agricultores, observou-se uma grande expectativa por parte deles com a elaboração do DRP e com a oportunidade de estarem construindo um diagnóstico de sua realidade e propondo caminhos para melhorarem sua situação de vida.

As várias técnicas do DRP forneceram informações diversas sobre o estado da organização atual do trabalho e da produção na associação, o cotidiano e a rotina de trabalho dos associados e as instituições que são importantes à Associação. A eleição de prioridades demonstrou bem as principais preocupações dos associados. A produção e comercialização foram eleitas como

a prioridade principal e que, segundo eles, só será resolvido com uma cooperação maior no grupo. Essa maior união fará com que os ideais de colaboração e associação possam ser realmente aplicados. Os próprios associados entendem que só assim conseguirão desenvolver-se economicamente e obter melhores relações de trabalho e uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PEREIRA, J. R. et al. **Relatório de implantação da ITCP/UFV**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2003.
- PINTO, J. B. Planejamento participativo: rito ou prática de classe? **Cadernos de Planejamento Participativo**, n. 3, p. 13-60, maio 1985.
- ROMANO, J. O. **Empoderamento**: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza. Documento de apoio apresentado no International Workshop Empowerment and Right Based Approach in Fighting Poverty Together, Rio de Janeiro, set. 2002.
- VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo**: guia prático DRP. Brasília: DATER/SAF/MDA, 2006.
- WEID, J. M. V. D. Diagnósticos rápidos participantes de agroecossistemas (DRPA). **Alternativas**: Cadernos de Agroecologia. Rio de Janeiro, ASPTA, s/n, jun. 1991.

Submetido em 30 de setembro de 2011.

Aprovado em 29 de dezembro de 2011.